

ATA DA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA AMAPÁ PREVIDÊNCIA – COFISPREV DO ANO 2024.

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, através de videoconferência, aplicativo Skype, às quinze horas e vinte e oito minutos, teve início a sexta reunião extraordinária do Conselho Fiscal da Amapá Previdência – COFISPREV, coordenada pelo Presidente, senhor Elionai Dias da Paixão, o qual cumprimentou os conselheiros. Com a palavra à secretária, Senhora Josilene de Souza Rodrigues, efetuou a leitura do **ITEM 01– Edital de Convocação** número oito, o qual convocou os Conselheiros para fazerem-se presentes nesta sessão. **Verificação de quórum.** Foram chamados nominalmente os Conselheiros na seguinte ordem: **Elionai Dias da Paixão (Titular), Adrilene Ribeiro Benjamin Pinheiro (Titular), Helton Pontes da Costa (Titular), Arnaldo Santos Filho (Titular), Jurandil dos Santos Juarez (Titular), Francisco das Chagas Ferreira Feijó (Titular).** **Justificativa de ausência.** Não houve. **ITEM 02 –** Apresentação e apreciação do relatório das análises do Processo nº 2022.02.0012P, Aposentadoria por idade - Maria das Graças de Souza. (Relatora Conselheira Adrilene Ribeiro Benjamin Pinheiro). A relatora apresentou as análises do processo inerente ao pedido de aposentadoria por idade, apresentado pela servidora Maria das Graças de Souza Sousa, Técnico em enfermagem, Classe 2ª, Padrão V, lotada na Secretaria de Estado da Saúde, em 06/01/2022, constando 251 laudas digitais. Processo consta com capa à fl.01; Requerimento apresentado às fl.02 a 04, constando os seguintes documentos: à fl. 05 - RG e CPF; à fl. 06 - PASEP; à fl. 07 - certidão de casamento; à fl. 08 - Escritura pública de divórcio consensual; à fl. 09 - comprovante de residência; à fl. 10 - dados bancários; às fls. 11 a 18 - declaração do imposto de renda de 2020/2019; às fls. 19 a 29 - declaração do imposto de renda de 2021/2020; às fls. 30 e 31 - Lei nº 0660/2002 que extingue o ex-IPESAP e incorpora os servidores ao quadro público estadual; às fls. 32 a 35 - contrato individual de trabalho; às fls. 36 a 39 - Carteira de Trabalho com vínculos empregatícios; à fl. 40 - Declaração de nada consta emitida pela Corregedoria Geral do Estado em 14/12/2021; à fl. 41 - Ficha de cadastro do segurado pela SESA emitida em 22/12/2021; à fl. 42 - Ficha de cadastro do segurado pela SEAD emitida em 07/12/2021; às fls. 43 e 44 - Certidão de tempo de serviço nº 02/2022 emitida pela SEAD; às fls. 45 a 52 - Certidão de tempo de contribuição emitida pelo INSS com lista de remunerações; às fls. 53 a 194 - ficha financeira de abril/2002 a dez/2021; Despacho pelo setor de atendimento à fl. 195 indicando devida instrução processual; Notificação à fl. 198 para que a segurada apresente uma declaração de vínculo com a secretaria municipal de Santana, juntado à fl. 199, ainda uma declaração atualizada de nada consta emitida pela Corregedoria Geral do Estado do Amapá, à fl. 200. Contracheques de janeiro a abril de 2022, às fls. 201 a 204. Simulação de aposentadoria à fl. 206, o qual destaca apenas uma regra de aposentadoria para a segurada, aposentadoria por idade – redação E. C. 41/2003. Termo de ciência de perdas salariais à fl. 207; Lista de remunerações às fls. 208 a 211, após incluído com assinatura digital; Cálculo do valor do benefício proporcional à fl. 212, que resultou em R\$ 3.552,29, após incluído com assinatura digital; Ficha do segurado à fl. 213, após incluído com assinatura digital; Análise técnica documental pela DICAB às fls. 220 a 221; Auditoria Técnica nº 692/2022 – AUDI/AMPREV à fl. 226; Parecer jurídico nº 646/2022 - PROJUR/AMPREV, às fls. 229 a 234, opinando pelo deferimento da aposentadoria por idade com proventos proporcionais e sem paridade, resultando no valor inicial de R\$ 3.552,29; Homologação do parecer jurídico pela Previdência/AMPREV à fl. 239; Decreto nº3512 de 08/08/2022 concedendo aposentadoria por idade com proventos proporcionais e sem paridade, à fl. 243; Publicado em DOE nº 7727, às fls. 244/245; Implementado na folha de pagamento de agosto de 2022, conforme contracheque à fl. 248; Encaminhado a esta Conselheira Relatora para emissão de parecer, à fl. 251. Relatado no que interessa como essência das razões de análise! Senhores conselheiros, consideradas as exigências legais e



constitucionais que circundam a matéria em análise, a esta Conselheira Relatora coube apreciação dos aspectos legais e formais da instrução processual, para verificação de conformidade dos atos praticados no bojo do processo indicado ao início. De saída, destaco que a servidora comprovou seu acesso constitucional ao cargo, respeitando a norma constitucional referente ao concurso público, eis que posterior ao ano de 1988. Comprovou ainda o exercício efetivo da função pública no que tange ao tempo de serviço e de contribuição, fazendo juntar a documentação necessária para a cognição dos fatos pela AMPREV, sendo a instrução exauriente e suficiente. Percebo ademais que a tramitação interna do processo ocorreu de acordo com o regramento que disciplina a matéria, observando os pareceres da auditoria, PROJUR e Assessoria Jurídica que cancelaram a proposta e opinaram pelo deferimento da aposentadoria. Pelo exposto, me manifesto favorável ao reconhecimento da conformidade dos atos praticados neste processo, com os registros de praxe e solicito que seja encaminhado cópia ao TCE/AP e empós o seu arquivamento. Votação. Todos acompanharam o voto da relatora. **Deliberação: Aprovado por unanimidade de votos o relatório/voto da Análise Técnica nº 024/2024-COFISPREV/AMPREV – que trata do Processo nº 2022.02.0012P, Aposentadoria por idade - Maria das Graças de Souza, relatado pela Conselheira Adrilene Ribeiro Benjamin Pinheiro.** Após anexar a Análise Técnica encaminhar os autos para Diretoria de Benefícios e Fiscalização – DIBEF. **ITEM 03 – Apresentação e apreciação do relatório das análises do Processo nº 2022.13.0003P, Reserva remunerado “Ex-Offício” Herlane dos Santos Correa.** (Relatora Conselheira Adrilene Ribeiro Benjamin Pinheiro). A relatora apresentou as análises do processo PRODOC Nº 0003.0403.0238.0011/2021 DIP/DRES - PMAP (Processo de origem nº 340101.0003033/2021-DIP), de reserva remunerada ex-officio da segurada militar 2º TEN QEOPM HERLANE DOS SANTOS CORREA requerido em 21/10/2021 e protocolado no SISPREV em 03/01/2022, com 129 laudas digitais; Instruído o processo, conta com proposta nº 100/2021-DIP à fl. 06; RG e CPF à fl. 7; RG e CPF de dependentes às fls. 8/9; Comprovante de residência à fl. 10; Contracheque de junho/julho/agosto de 2021 às fls. 11/12; Dados bancários à fl. 13; último Imposto de Renda declarado de 2021/2020 às fls. 14 a 21; Certidões negativas às fls. 22 a 26; Resumo de assentamentos à fl. 27; Certidão de tempo de serviço parecer nº 1218/2014-PADM/PGE à fl. 28; BG nº 118/1996 de inclusão da segurada ao quadro militar às fls. 29 a 33; DOE nº 7423/2021 constando o decreto de última promoção às fls. 34 a 36; Decreto nº 1764/2021 da última promoção à fl. 37; BG nº 097/2021 constando o decreto de última promoção às fls. 38 a 40; Minuta do Decreto de Reserva remunerada ex-officio à fl. 41; Certidão federal criminal negativa à fl. 42; Manifestação Técnica Nº 820/2021-DIP/DRES/PMAP às fls. 46 a 50; Dada a continuidade do processo, fora encaminhado para publicação do Decreto pelo Governador do Estado através do OFÍCIO Nº 340101.0076.0365.0857/2021 GSI - PMAP à fl. 52; Publicação do decreto nº 4799, de 23/12/2021, à fl. 54, constando a transferência do servidor para a inatividade com proventos calculados sobre o subsídio de 2º TEN QEOPM, tendo como base a Lei Complementar nº 0084, de 07 de abril de 2014, e a Lei nº 1.813, de 07 de abril de 2014, totalizando R\$9.608,90; Processo recebido pela AMPREV através da certidão à fl. 58, passando a tramitar de maneira 100% digital pelo sistema SISPREVWEB recebendo a numeração 2022.13.0003P; DOE nº 7570/2021, às fls. 59 a 61, constando o decreto de passagem a reserva remunerada da segurada; Iniciado os procedimentos pela AMPREV, à fl. 62, consta o cálculo de tempo de serviço, o qual resultou em 25 anos e 3 meses e 12 dias (9.227 dias); às fls. 63 a 81, anexado DOE nº 6656/2018 e DOE nº 6476/2017, os quais constam a Lei complementar nº 113/2018 e Parecer Normativo nº 004/2017, que regulamentam a passagem do servidor militar para a reserva remunerada; Ficha de cadastro do segurado, constando tempo de contribuição, tempo e o tempo averbado, junto com o cálculo da remuneração e a relação de dependentes, às fls. 74/75; às fls. 76 a 79, Manifestação Técnica nº 002/2021 -



DICABEM/DIBEM indicando que o tempo de serviço é de 9.227 dias e que os proventos serão equivalentes a 100% da remuneração. Às fls. 85/86 consta o Parecer Técnico nº 008/2022 - Auditoria/AMPREV, que audita o processo em 05/01/2022, encaminhando-o para a manifestação da PROJUR; à fl.87 consta o ofício nº 130204.0077.1553.0034/2022-PROJUR/AMPREV, o qual aprova o parecer jurídico por seus fundamentos legais e sem ressalvas; às fls. 88 a 100, consta o Parecer Jurídico nº 027/2022, o qual esclarece que o papel da AMPREV em pedidos de reserva remunerada “ex-officio” é de analisar os requisitos materiais após a conclusão do processo e publicação do decreto que determina o deferimento da reserva remunerada, conforme o Art. 52, I, §5º, da Lei Estadual nº1813/2014, sendo suas fundamentações legais pertinentes e atendendo aos 25 anos completos de atividade militar; à fl. 102 há a homologação do parecer jurídico pelo Diretor Presidente e encaminhamento dos autos para inclusão em folha de pagamento da AMPREV. Ofício nº 130204.0077.1579.0108/2022 DIBEM - AMPREV às fls. 105/106, solicitando que a SEAD e a Instituição Militar sejam comunicadas acerca da inclusão da segurada no plano financeiro da AMPREV, que a militar seja comunicada e apresente declaração de pensão, que seja juntado o histórico de inclusão de benefício e que uma cópia dos autos seja encaminhada ao TCE. Ofício nº 130204.0076.1547.0067/2022 GABINETE - AMPREV às fls. 107 a 110 informando a SEAD acerca da inclusão da segurada a folha de pagamento da AMPREV a partir da competência de janeiro/2022. OFÍCIO Nº 130204.0076.1547.0068/2022 GABINETE - AMPREV às fls. 111 a 113 informando ao Comandante Geral acerca da inclusão da segurada a folha de pagamento da AMPREV a partir da competência de janeiro/2022. Certidão de Inclusão em Folha de Benefícios à fl. 114 certificando a segurada de seu benefício incluído na folha de pagamento da AMPREV na competência janeiro/2022, com o valor inicial de R\$ 9.608,90 (nove mil seiscentos e oito reais e noventa centavos), referente ao subsídio integral nível 4 de 2ª Tenente Policial Militar. Declaração de ciência da segurada à fl. 115 acerca da inclusão do seu benefício de Reserva “ex - officio” na folha de pagamento da AMPREV e declarando que não paga pensão alimentícia e nem recebe outra aposentadoria; à fl. 116 fora juntado histórico de inclusão de benefício - reserva remunerada a pedido; à fl. 117 fora juntado o contracheque referente a janeiro/2022, o qual confirma a inclusão e implementação do benefício pelo sistema da AMPREV. Ofício nº 304/2022 - GAB/AMPREV encaminhando uma cópia do processo ao TCE à fl. 119, com protocolo anexado à fl. 120; encaminhando o processo ao COFISPREV à fl. 128. Encaminhado a esta Relatora Conselheira para devida análise e elaboração de parecer à fl. 129. Relatado no que interessa como essência das razões de análise! Senhores conselheiros, consideradas as exigências legais e constitucionais que circundam a matéria em análise, a esta Conselheira Relatora coube apreciação dos aspectos legais e formais da instrução processual, para verificação de conformidade dos atos praticados no bojo do processo indicado ao início. Em acordo com o fluxograma de benefícios militares, o segurado comprovou o exercício efetivo da função pública no que tange ao tempo de serviço e de contribuição, fazendo juntar a documentação necessária para cognição dos fatos pela AMPREV, sendo a instrução exauriente e suficiente. Percebo ademais que a tramitação interna do processo pela AMPREV não teve falhas, seguindo o regramento que disciplina a matéria, conforme os pareceres da auditoria, DICABEM e Assessoria Jurídica, que opinaram pelo deferimento do processo de reserva remunerada *ex officio*. No entanto, apesar dos devidos trâmites, em observância ao inciso II do art. 37 da Constituição Federal, esta Conselheira Relatora recomenda, para os processos futuros a serem recebidos internamente, a inclusão do Diário Oficial do Estado com a publicação do edital de homologação do resultado do concurso público, constando o nome do servidor requerente ao benefício. *Pelo exposto, me manifesto favorável ao reconhecimento da conformidade dos atos praticados, com os registros de praxe e solicito que seja encaminhado para o conhecimento e empós o seu arquivamento.* Votação. Todos acompanharam o voto da relatora. **Deliberação: Aprovado por unanimidade de votos o relatório/voto da Análise**



Técnica nº 025/2024-COFISPREV/AMPREV – que trata do Processo nº 2022.13.0003P, Reserva remunerado “Ex-Offício” Herlane dos Santos Correa, relatado pela Conselheira Adrilene Ribeiro Benjamin Pinheiro. Após anexar a Análise Técnica encaminhar os autos para Diretoria de Benefícios Militares – DIBEM. **ITEM 04 –** Apresentação e apreciação do relatório das análises do Processo nº 2021.13.1210P, Reserva remunerado “Ex-Offício” Marivaldo Cardoso Palheta. (Relatora Conselheira Adrilene Ribeiro Benjamin Pinheiro). A relatora apresentou as análises do processo PRODOC Nº 0003.0413.0238.0002/2022 DIP/DRES - PMAP (Processo de origem nº 0015.0413.1022.0038/2021-DRH-DGP/CBMAP), de reserva remunerada ex-officio do segurado militar MAJ QOMBM MARIVALDO CARDOSO PALHETA requerido em 26/07/2021 e protocolado no SISPREV em 17/11/2021, com 158 laudas digitais; Instruído o processo, conta com proposta constante ao OFÍCIO Nº 360101.0077.1022.0175/2021 DRH-DGP - CBMAP à fl. 04; Ficha cadastral militar CBM/AP à fl. 06; juntada de documentos de terceiro servidor não sendo consideradas as fls. 7 a 11; RG e CPF às fls. 12/13; Certidão de Casamento à fl. 14; RG e CPF da cônjuge e dependente às fls. 15 a 20; Comprovante de residência às fls. 21; Contracheque de junho de 2021 à fl. 22; Dados bancários às fls. 23/24; BG CBM/AP nº 194/2019 com efeito retroativo a contar de 28/06/1996 de inclusão do segurado ao quadro militar às fls. 25 a 27; CTC emitida pelo INSS às fls. 28 a 30; BG CBM/AP nº 222/2020 constando deferimento de averbação de tempo de serviço anterior ao ingresso ao serviço público militar às fls. 31 a 34; Decreto nº0554/2021 da última promoção à fl. 35; DOE nº7359/2021 constando o decreto de última promoção às fls. 36/37; último Imposto de Renda declarado de 2021/2020 às fls. 38 a 46; Certidões negativas às fls. 47 a 50; Cômputo Tempo de Serviço exclusivamente militar e averbado para fins de reserva remunerada à fl. 51; Certidão de tempo de serviço com fator de conversão às fls. 52/53; Resumo de assentamentos à fl. 54; Relatório nº 216-DRH-DGP/CBMAP às fls. 55 a 57, opinando pelo deferimento da reserva remunerada *ex officio* do segurado; Minuta do Decreto de Reserva remunerada ex-officio à fl. 58; DOE nº6476/2017 que consta o Parecer Normativo nº004/2017, regulamentando a passagem do servidor militar para a reserva remunerada, às fls. 59 a 64; Juntada de documentação à fl. 66 constando o CPF de dependente filha; Certidão à fl. 67 requerendo a desconsideração de documentação juntada por equívoco às fls. 7 a 11; Manifestação Técnica Nº 105/2021-ASSEJUR às fls. 71 a 74; OFÍCIO Nº 360101.0076.1022.0195/2021 DRH-DGP - CBMAP encaminhando o processo para análise técnica da AMPREV à fl. 76; Manifestação técnica nº 569/2021 - DICABEM/DIBEM aprovando a pré-análise e encaminhando para que seja dada continuidade à fl. 79; Dada a continuidade do processo, fora encaminhado para publicação do Decreto pelo Governador do Estado através do OFÍCIO Nº 340101.0076.0365.0700/2021 GSI - PMAP à fl.82; Publicação do decreto nº 4000, de 29/10/2021, constando a transferência do servidor para a inatividade com proventos calculados sobre o subsídio de MAJ QOBM, tendo como base a Lei Complementar nº 0084, de 07 de abril de 2014, e a Lei nº 1.813, de 07 de abril de 2014; Processo recebido pela AMPREV através da certidão à fl. 90, passando a tramitar de maneira 100% digital pelo sistema SISPREVWEB recebendo a numeração 2021.13.1210P; DOE nº7534/2021, às fls. 91 a 93, constando o decreto de passagem a reserva remunerada do segurado; Iniciado os procedimentos pela AMPREV, tem-se às fls. 94 a 96 o cálculo de tempo de serviço e o cálculo de conversão, o qual resultou em 25 anos e 13 dias (9.138 dias) de serviço exclusivo militar mais 1 ano, 7 meses e 10 dias de tempo averbado convertido (585 dias); às fls. 97 a 104, anexado DOE nº 6656/2011, o qual consta a Lei complementar nº 113/2018 e a RESOLUÇÃO Nº 007/2020-CONSUP/PGE, que regulamentam a passagem do servidor militar para a reserva remunerada; às fls. 105/106 o anexo da ficha de cadastro do segurado, constando tempo de contribuição, tempo e o tempo averbado, junto com o cálculo da remuneração e a relação de dependentes; às fls. 107 a 111, Manifestação Técnica nº 644/2021 - DICABEM/DIBEM indicando que o tempo de serviço é de 9.138 dias mais 585 dias



de tempo averbado, totalizando 9723 dias, e que os proventos serão equivalentes a 100% da remuneração; à fl. 117 consta o Parecer Técnico nº 1253/2021 - Auditoria/AMPREV, que audita o processo em 19/11/2021, encaminhando-o para a manifestação da PROJUR; à fl.119 consta o ofício nº OFÍCIO Nº 130204.0077.1553.1270/2021 PROJUR - AMPREV, o qual aprova o parecer jurídico por seus fundamentos legais e sem ressalvas; às fls. 120 a 130, consta o Parecer Jurídico nº 964/2021, o qual esclarece que o papel da AMPREV em pedidos de reserva remunerada “ex-officio” é de analisar os requisitos materiais após a conclusão do processo e publicação do decreto que determina o deferimento da reserva remunerada, conforme o Art. 52, I, §5º, da Lei Estadual nº1813/2014, sendo suas fundamentações legais pertinentes e atendendo aos 25 anos completos de atividade militar; à fl. 132 há a homologação do parecer jurídico pelo Diretor Presidente e encaminhamento dos autos para inclusão em folha de pagamento da AMPREV. OFÍCIO Nº 130204.0077.1579.0956/2021 DIBEM - AMPREV às fls. 134/135, solicitando que a SEAD e a Instituição Militar sejam comunicadas acerca da inclusão da segurada no plano financeiro da AMPREV, que a militar seja comunicada e apresente declaração de pensão, que seja juntado o histórico de inclusão de benefício e que uma cópia dos autos seja encaminhada ao TCE. Ofício nº 130204.0076.1547.0067/2022 GABINETE - AMPREV às fls. 137 a 140 informando a SEAD acerca da inclusão da segurada a folha de pagamento da AMPREV a partir da competência de janeiro/2022. OFÍCIO Nº 130204.0076.1547.0069/2022 GABINETE - AMPREV às fls. 141 a 142 informando ao Comandante Geral acerca da inclusão da segurada a folha de pagamento da AMPREV a partir da competência de janeiro/2022. Declaração de ciência do segurado à fl. 143/144 acerca da inclusão do seu benefício de Reserva “ex - officio” na folha de pagamento da AMPREV e declarando que não paga pensão alimentícia e nem recebe outra aposentadoria; à fl. 145 fora juntado histórico de inclusão de benefício - reserva remunerada a pedido; à fl. 146 fora juntado o contracheque referente a janeiro/2022, o qual confirma a inclusão e implementação do benefício pelo sistema da AMPREV; Ofício nº 191/2022 - GAB/AMPREV encaminhando uma cópia do processo ao TCE à fl. 148, com protocolo anexado à fl. 149; Despacho encaminhando o processo ao COFISPREV à fl. 157; Encaminhado a esta Relatora Conselheira para devida análise e elaboração de parecer à fl. 158; Relatado no que interessa como essência das razões de análise! Senhores conselheiros, consideradas as exigências legais e constitucionais que circundam a matéria em análise, a esta Conselheira Relatora coube apreciação dos aspectos legais e formais da instrução processual, para verificação de conformidade dos atos praticados no bojo do processo indicado ao início. Em acordo com o fluxograma de benefícios militares, o segurado comprovou o exercício efetivo da função pública no que tange ao tempo de serviço e de contribuição, fazendo juntar a documentação necessária para cognição dos fatos pela AMPREV, sendo a instrução exauriente e suficiente. Percebo ademais que a tramitação interna do processo pela AMPREV não teve falhas, seguindo o regramento que disciplina a matéria, conforme os pareceres da auditoria, DICABEM e Assessoria Jurídica, que opinaram pelo deferimento do processo de reserva remunerada *ex officio*. No entanto, apesar dos devidos trâmites, em observância ao inciso II do art. 37 da Constituição Federal, esta Conselheira Relatora recomenda, para os processos futuros a serem recebidos internamente, a inclusão do Diário Oficial do Estado com a publicação do edital de homologação do resultado do concurso público, constando o nome do servidor requerente ao benefício. *Pelo exposto, me manifesto favorável ao reconhecimento da conformidade dos atos praticados, com os registros de praxe e solicito que seja encaminhado para o conhecimento e empós o seu arquivamento.* Votação. Todos acompanharam o voto da relatora. **Deliberação: Aprovado por unanimidade de votos o relatório/voto da Análise Técnica nº 026/2024-COFISPREV/AMPREV – que trata do Processo nº 2021.13.1210P, Reserva remunerado “Ex-Offício” Marivaldo Cardoso Palheta, relatado pela Conselheira Adriene Ribeiro Benjamin Pinheiro.** Após anexar a Análise Técnica encaminhar os autos para Diretoria de



Benefícios Militares – DIBEM. **ITEM 05 –** Aprovação do relatório das prestações de contas das atividades do Conselho Fiscal exercício 2023. (Relator Conselheiro Helton Pontes da Costa). O relator explicou que o relatório da prestação de contas das atividades desenvolvidas durante o exercício, trata-se de um item das exigências para a certificação do pro-gestão e compor o relatório de governança da AMPREV, conforme Ato Normativo 004/2023 - DIEX / AMPREV. O relatório da prestação de contas do Conselho Fiscal exercício de 2023, contém: a legalidade quanto as atividades desenvolvidas pelo COFISPREV, composição do colegiado, recebimento de gratificação (jeton), os pareceres das análises técnicas, emitidas no referido exercício, e as participações em eventos. O Presidente sugeriu a inclusão das reuniões com técnicos/equipe da AMPREV. O Conselheiro Feijó sugeriu incluir o item informando as certificações dos Conselheiros. Aprovado por unanimidade o relatório das prestações de contas das atividades do Conselho Fiscal exercício 2023 com os ajustes sugeridos, após a formalização encaminhar para cumprimento das exigências. **ITEM 6 – Comunicação dos Conselheiros.** Destacado que o Conselho está aguardando os encaminhamentos do balancete do mês de dezembro, balanço patrimonial e o relatório de gestão de 2023 da AMPREV, para as devidas análises. O Conselheiro Arnaldo registrou a sugestão de formalizar ao Gabinete da AMPREV, a solicitação para que membros desse Conselho realize intercambio em Conselhos Fiscais de outros institutos, para troca de experiências e fortalecer o aprendizado no âmbito do colegiado. O Presidente recebeu a solicitação, e fará os encaminhamentos. **ITEM 7 – O que ocorrer.** Não houve. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente do COFISPREV agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião exatamente às dezoito horas e doze minutos, da qual eu, Josilene de Souza Rodrigues, Secretária, lavrei a presente ata, que será assinada pelos Senhores Conselheiros presentes e por mim. Macapá – AP, 21 de março de 2024.

Elionai Dias da Paixão

Conselheiro Titular/Presidente

Adriene Ribeiro Benjamin Pinheiro

Conselheira Titular/Vice-Presidente

Helton Pontes da Costa

Conselheiro Titular

Arnaldo Santos Filho

Conselheiro Titular

Jurandil dos Santos Juarez

Conselheiro Titular

Francisco das Chagas Ferreira Feijó

Conselheiro Titular

Josilene de Souza Rodrigues

Secretária

